



Psicologia em Estudo

ISSN: 1413-7372

revpsi@uem.br

Universidade Estadual de Maringá

Brasil

Corrêa, Diogo Arnaldo; Bassani, Marlise Aparecida
CUIDADO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE: POSSÍVEL DIÁLOGO ENTRE
PSICOLOGIA AMBIENTAL E LOGOTERAPIA
Psicologia em Estudo, vol. 20, núm. 4, octubre-diciembre, 2015, pp. 639-649
Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287145780012>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

CUIDADO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE: POSSÍVEL DIÁLOGO ENTRE PSICOLOGIA AMBIENTAL E LOGOTERAPIA

Diogo Arnaldo Corrêa¹

Marlise Aparecida Bassani

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, Brasil

RESUMO. O cuidado ambiental vem sendo marcado pela tônica da conservação e da promoção da sustentabilidade. A premente necessidade de um dado compromisso e educação ambiental e de condutas pró-ambientais vem sendo defendida em vários contextos: na mídia, nas políticas públicas, por meio de campanhas sazonais. Todavia, pouco se descreve acerca do sentido presente nos modos de cuidado configurados a partir da inter-relação pessoa-ambiente. Nesta perspectiva, este estudo objetivou promover um possível diálogo a partir das contribuições da Psicologia Ambiental e da Logoterapia visando aproximar a noção de cuidado ambiental, delineada pela Psicologia Ambiental, à ideia de responsabilidade, como defendida pela Logoterapia, por meio de uma revisão bibliográfica. As articulações propositadas corroboraram, portanto, para acenar que a relação pessoa-ambiente pode ser arraigada em qualidade se a responsabilidade é reconhecida em sua propriedade de potencial humano, o que pode favorecer na emergência do sentido das atitudes e condutas pró-ambientais e explicitar o caráter de tarefa única e irrepetível inherente à vida.

Palavras-chave: Cuidado ambiental; logoterapia; responsabilidade.

ENVIRONMENTAL CARE AND RESPONSIBILITY: POSSIBLE DIALOGUE BETWEEN ENVIRONMENTAL PSYCHOLOGY AND LOGOTHERAPY

ABSTRACT. Environmental care has been marked by the tonic of the conservation and promoting sustainability. The pressing need for a given commitment and environmental education and pro-environment behavior has been advocated in various contexts: in the media, in public policies, through seasonal campaigns. However, little is described about this sense in the modes of care configured from the interrelationship person-environment. In this perspective, this study aimed to promote a possible dialogue through the contributions of Environmental Psychology and Logotherapy in order to approach the concept of environmental care, outlined by the Environmental Psychology, the idea of responsibility, as advocated by Logotherapy, through a bibliographical review. The joints purposeful corroborated therefore to wave the relationship person-environment can be rooted in quality if the liability is recognized in its human potential of property, which can encourage the emergence of a attitudes and conduct pro-environmental behavior and explain the task unique and unrepeatable character inherent to life.

Keywords: Environmental care; logotherapy; responsibility.

CUIDADO DEL MEDIO AMBIENTE Y LA RESPONSABILIDAD: POSIBLE DIÁLOGO ENTRE LA PSICOLOGÍA AMBIENTAL Y LOGOTERAPIA

RESUMEN. El cuidado del medio ambiente ha estado marcado por la tónica de la conservación y promoción de la sostenibilidad. La urgente necesidad de un compromiso, y de la educación ambiental y el comportamiento pro-ambiental, se ha defendido en varios contextos: en los medios de comunicación, en las políticas públicas, por intermedio de campañas sazonáis. Sin embargo, poco se describe acerca de este sentido en los modos de atención establecidos por la interrelación persona-ambiente. En esta perspectiva, este estudio tuvo como objetivo promover un diálogo posible por medio de las aportaciones de la Psicología Ambiental y la Logoterapia acercando lo cuidado del medio ambiente, como presentado por la Psicología Ambiental, a la responsabilidad,

¹ E-mail: dyogocorrea@hotmail.com

como defiende la Logoterapia, por medio de una revisión de la literatura. Las articulaciones hay corroborado, por lo tanto, a indicar que la relación persona-medio ambiente puede tener sus raíces en la calidad si la responsabilidad es reconocida en su propiedad de potencial humano, lo que puede favorecer la emergencia del sentido de las actitudes y comportamiento pro-ambiental y explicar el carácter de tarea único e irrepetible inherente a la vida.

Palabras-clave: Cuidado del medio ambiente; logoterapia; responsabilidad.

Cuidado ambiental: perspectivas históricas

Conforme Ferreira (2004), a exploração da natureza é um dos aspectos que coloca em risco o futuro da humanidade. Vários estudos realizados ao longo das cinco últimas décadas ressaltam esta realidade cadenciada por demais condições que transitam entre os modelos de produção agrícola e industrial, a globalização, o crescimento populacional, os desastres naturais, as alterações climáticas, dentre outras.

Ante a recorrente preocupação com o meio ambiente, com as riquezas naturais e com o futuro do planeta, foram fomentados vários diálogos no cenário mundial. E os ecos de tais debates vieram ao encontro dos desafios que, ainda hoje, necessitam ser superados nas diversas esferas da vida humana.

O percurso histórico destes diálogos teve como marco inicial a Conferência de Estocolmo ocorrida em 1972. Esta deu origem ao relatório Limites do Crescimento que ressaltou o risco de o planeta Terra ser impróprio para a manutenção da vida humana caso fossem mantidos os modelos de produção econômica e a exploração dos recursos naturais vigentes no século XX.

Em 1983, foi criada, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Presidida por Gro Harlem Brundtland, primeira ministra da Noruega na época, a comissão detinha a tarefa de reexaminar as questões críticas relacionadas ao meio ambiente e ao desenvolvimento, oferecendo novas proposições às suas problemáticas.

A partir dos trabalhos realizados pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, emergiu, de forma mais clara, o conceito *desenvolvimento sustentável* expresso no relatório Nossa Futura Comum, de 1987, também conhecido como Relatório Brundtland, que enfatizou o imperativo de um novo e apropriado modelo de desenvolvimento para a manutenção do progresso global.

Em 1992, vinte anos após a Conferência de Estocolmo, a cidade do Rio de Janeiro (Brasil) sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida como Cúpula da Terra ou ECO-92. Este encontro reuniu representantes de cento e oito países com o objetivo de discutir as possibilidades para a diminuição da degradação ambiental e a garantia da vida das próximas gerações concebendo-se o desenvolvimento sustentável como um paradigma primordial para o crescimento socioeconômico marcado pela lógica da redução do consumo e promoção do cuidado ambiental.

É importante demarcar dois feitos relevantes da ECO-92 nesta trajetória: a intitulada Carta da Terra – que concentra os princípios éticos essenciais para o desenvolvimento de uma sociedade global que priorize a justiça, a sustentabilidade e a paz – e a Agenda 21, documento assinado por representantes de cento e setenta e nove países e que detém algumas das estratégias necessárias para o desenvolvimento sustentável.

Neste percurso, também foi notória a realização da Rio+10 ou Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, ocorrida no ano de 2002 em Johanesburgo (África do Sul). A Rio+10 propunha uma primeira avaliação das metas e realizações da Agenda 21 dos países signatários, com ênfase nos relatórios das agendas locais (cidades, estados ou províncias) de cada país acerca das sugestões, realizações e perspectivas a partir dos princípios da ECO-92.

Em junho de 2012, ocorreu outra importante conferência da ONU denominada Rio+20. Sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, a Rio+20 colocou em debate temas como alimentação, água, energia elétrica, vida urbana, desastres naturais, emprego e desemprego, e visou apontar caminhos para uma cooperação internacional em prol do desenvolvimento sustentável integrando a prosperidade, o bem-estar e a proteção do meio ambiente.

Embora este itinerário histórico indique claras pretensões para o cuidado ambiental e para a sustentabilidade a nível global, coincidindo com a ênfase apresentada no preâmbulo da Carta da Terra – “estamos diante de um momento crítico na história da Terra, numa época em que a humanidade deve escolher seu futuro” – vigoram, ainda, diversos interesses nas esferas sociais, políticas e econômicas que seguem marcados pela predominância da rentabilidade e do lucro e contradizem o imperativo do cuidado ambiental.

A defesa de dada consciência e educação ambiental também permeia a contemporaneidade e se expressa por meio de várias campanhas sazonais que destacam a importância da economia da água e da energia elétrica, do reaproveitamento e da reciclagem em prol da conservação do planeta. Todavia, marcadas por um funcionamento autônomo coletivo, ou amortizadas pela ausência do compromisso, ou pela superação decorrente de novos ideais sociopolíticos, tais campanhas, mesmo que significativas e necessárias, acabam sendo insipientes para a problemática do cuidado ambiental.

O cuidado ambiental convoca, portanto, a presença de um sentido, de um significado que transite do individual ao coletivo e articule o momento presente, e os valores que ele conserva, ao futuro como prelúdio e extensão da vida no planeta. Os diálogos e ações realizadas nos últimos cinquenta anos da história enfatizam as alternativas que são imprescindíveis para a sobrevivência do planeta e para a garantia da vida humana. Todavia, sem uma noção de sentido, o cuidado ambiental pode caducar.

Destarte, este estudo objetivou promover um possível diálogo a partir das contribuições da Psicologia Ambiental e da Logoterapia aproximando a noção de cuidado ambiental, delineada pela Psicologia Ambiental, à ideia de responsabilidade, como defendida pela Logoterapia, por meio de uma revisão bibliográfica – um estudo teórico.

O levantamento bibliográfico para a consecução do estudo procedeu a partir da busca de livros e artigos científicos nas áreas de Psicologia Ambiental e Logoterapia que enfocassem, correspondentemente a cada um dos paradigmas, as temáticas cuidado ambiental e responsabilidade. Feita a compilação dos materiais, procedeu-se a escolha dos materiais que corroborariam com o estudo, considerando-se como critério para a inclusão das obras a retomada das temáticas em questão, por parte dos autores, a partir do ano de 1990, após três anos da emergência do termo *desenvolvimento sustentável* no relatório *Nosso Futuro Comum* apresentado em 1987 (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1991), bem como a sua contribuição para as produções em Psicologia Ambiental e Logoterapia.

Cabe destacar que a intenção de promover um possível diálogo a partir dos paradigmas mencionados, e de suas contribuições, articulando e aproximando as temáticas escolhidas, que são próprias do cabedal epistemológico de cada um deles, implica numa reflexão inicial e se justifica considerando que, face o levantamento bibliográfico realizado para este estudo, não foram encontradas menções à Logoterapia e assuntos por ela tratados nas produções em Psicologia Ambiental.

Dentre algumas das obras de Viktor Emil Frankl, selecionadas e consideradas neste estudo, percebeu-se também que não é dado ênfase estrita a assuntos de cunho ambiental, mas, ao apresentar sua visão antropológica, Frankl (2007, 2010) enfatiza a capacidade humana da prática de valores que corroboram a descoberta de sentido e resultam na realização pessoal, o que, consequentemente, impacta sobre as inter-relações pessoa-ambiente e favorecem um potencial diálogo com a Psicologia Ambiental.

Todavia, considerada em seu aspecto de abertura, e a partir de sua base antropológica que defende que o ser humano é total e integral, a Logoterapia vem sendo considerada um referencial no debate com diversas áreas científicas extrapolando, assim, o contexto clínico em razão das vastas contribuições teórico-integrativas que permeiam e transcendem seu bojo científico. Para elucidar a configuração destas interfaces, e ainda, diretamente, reforçar a relevância deste estudo, cabe destacar que foi localizada apenas uma produção que propõe uma reflexão entre as proposições da Logoterapia e a questão do cuidado ambiental da autoria de Sam Cyrous (2012), cujo título é *Logoterapia, Direitos Humanos e Sustentabilidade: repensando modelos*.

Cyrous (2012) expõe que as crises pelas quais a humanidade passa expressam-se nas guerras, no racismo, no nacionalismo desmedido, no fanatismo religioso, no desequilíbrio social e também nos modos como experienciamos as condições sociais atreladas a estes fenômenos decorridos em razão da dependência de uma sociedade de consumo que marca o modelo dominante de desenvolvimento.

A tentativa de uma sociedade mais justa, pacífica e sustentável pode ser possível, conforme o autor, a partir das contribuições da Logoterapia que defende e pode promover o apelo à busca, por cada pessoa, de um (ou muitos) sentido(s) coletivo(s).

Cyrous (2012) enfatiza que esta tentativa requer atenção à uma dinâmica harmoniosa entre as dimensões fáticas e a dimensão noética face a realidade de consumo e produção vigentes na sociedade. E cita Frankl (2005) que coloca que uma “nova geração nasce de uma nova realidade e anela uma nova moralidade, ou seja, realizar valores... ter uma tarefa, uma missão a levar a cabo!” (p. 94).

As contribuições de Cyrous (2012), bem como deste estudo, acenam possibilidades para demais discussões entre a Logoterapia e as questões ambientais. Portanto, com esta pesquisa não se pretendeu realizar uma síntese das temáticas tratadas pelos distintos paradigmas, tão pouco dar origem a um novo paradigma fixo e absoluto como produto final da aproximação entre os distintos enfoques, mas suscitar reflexões que favoreçam avanços e novas descobertas em desdobrados horizontes das futuras pesquisas.

Psicologia Ambiental: escopo e desdobramentos

Embora tenha poucas décadas de existência, a Psicologia Ambiental “caracterizada por sua preocupação em uma intervenção na realidade como instrumento possível, é uma área de relevância no âmbito contemporâneo para aspectos de conservação do meio ambiente e educação ambiental” (Carvalho & Bassani, 2011, p. 134).

O surgimento da Psicologia Ambiental está relacionado às discussões acerca das problemáticas ambientais. No seu bojo, concentra como objeto de estudo as inter-relações pessoa-ambiente, tanto o ambiente físico (construído pelo ser humano) quanto o natural. Desta forma, a Psicologia Ambiental considera que a pessoa atua sobre o ambiente e pode transformá-lo, bem como o ambiente também atua sobre a pessoa e pode modificá-la (Bassani, 2012).

Articulada às várias vertentes da Psicologia, a Psicologia Ambiental é marcada por um caráter interdisciplinar. Todavia, ao voltar-se para a solução de problemas humano-ambientais, distingue-se das variadas vertentes da Psicologia por tornar compreensíveis as diferenças que existem entre a conduta e/ou percepção humana radicadas em modificações contextuais, considerando a espacialidade e a temporalidade, bem como os aspectos culturais que marcam as inter-relações pessoa-ambiente (Bassani, 2001, 2012).

Considerando a dimensão espacial nas relações mútuas ocorridas entre pessoa-ambiente, a Psicologia Ambiental realiza seus estudos a partir de quatro níveis: I. microambiente; II. interpessoal e da comunidade na proximidade; III. indivíduo/comunidade, habitantes e conjunto de indivíduos e IV. social (ambiente global) (Moser, 2004).

E, em relação à temporalidade e suas articulações ao ambiente físico e social, considera que as transformações ambientais são demarcadas pelo tempo e que as relações da pessoa com o ambiente integram-se a partir de suas experiências e projetos pessoais, bem como de suas representações e ações inscritas numa dada cronologia (Moser, 2004).

A Psicologia Ambiental desdobra-se, ainda, sobre os processos afetivos (apego ao lugar) e cognitivos abarcados no ambiente social, histórico, cultural e físico. Tais desdobramentos focam as maneiras que as pessoas sentem, pensam e vivenciam o espaço a que estão implicadas (Lima & Bomfim, 2009).

A reflexão e discussão acerca da sustentabilidade e das condutas pró-ambientais, da mesma forma, enredam os fazeres da Psicologia Ambiental, assim como a importância dos estilos de vida sustentável. Uma das finalidades da adoção de estilos de vida sustentável, conforme Corral Verdugo (2010), neste ínterim, é a conquista do bem-estar comum e subjetivo.

A Psicologia Ambiental, portanto, oferece importantes contribuições para a construção de modos que garantam a sustentabilidade a partir dos valores e condutas pessoais (Farias, Paranhos & Bassani, 2011) levando em conta suas relações com o meio ambiente e com as demais pessoas, na circunscrição de uma historicidade marcada pela espacialidade e temporalidade, todavia, que faz vistas ao bem-estar afiançado no presente e no futuro.

Logoterapia: a pessoa, o sentido e a responsabilidade

O pensamento de Viktor Emil Frankl oferece contribuições para a superação dos reducionismos na área da Psicologia e demais ciências destacando a potencialidade humana da autotranscendência que mobiliza o ser humano a viver por algo ou por alguém. Seu pensamento também enfatiza a missão, a ética e a responsabilidade que os profissionais devem exercer com a finalidade de ajudar o ser humano a realizar suas possibilidades de ser. É um pensamento que atravessa os tempos, mantendo-se atualizado, mostrando ao homem que é possível dar uma resposta para além do seu destino, decidindo-se livremente em construir sua própria história (Marino, 2010).

Sendo uma forma de psicoterapia orientada para a busca do sentido, a Logoterapia é um método psicoterapêutico relacionado à Análise Existencial, fundada por Viktor Emil Frankl, como parte de uma mesma teoria (Guberman & Soto, 2006).

O termo Logoterapia, portanto, funde-se à Análise Existencial caracterizando o pensamento de Viktor Emil Frankl debruçado sobre a problemática do sentido da vida, sendo marcado por uma perspectiva antropológica peculiar e integrativa. Portanto, é comum a utilização do termo Logoterapia mesmo quando alguns temas específicos da Análise Existencial Frankliana são tratados.

Dessa forma, a Análise Existencial Frankliana – bem como a Logoterapia, enquanto sua *práxis* – propõe uma análise “sobre” a existência, sendo uma orientação antropológica de investigação que coloca em primeiro plano a orientação para o sentido e a tendência humana para realizar valores.

Na Logoterapia, um dos pontos relevantes é a visão de pessoa apresentada por Frankl (2010). Em sua noção antropológica, ele considera a pessoa na sua concretude, ressalvando a sua essencialidade, singularidade e a unicidade do seu ser, excluindo dessa noção qualquer espécie de fragmentação do essencialmente humano.

Embora o ser humano possua várias dimensões – biológica, psicológica, social – ele é um ser único, integrado e totalizado pela dimensão noética que une todas as outras dimensões, e é na dimensão noética que se encontra o especificamente humano numa unidade múltipla (Frankl, 2007).

Segundo Frankl (2007), a pessoa, em sua unidade, não pode ser vista unicamente projetada nas suas dimensões biológica, psicológica e social. Existe, portanto, um núcleo ao redor do qual a pessoa se organiza. Esse núcleo, sua dimensão noética, possibilita que a pessoa seja pessoa e manifeste o profundamente humano.

A partir desse núcleo, a pessoa pode ser considerada na sua totalidade e integralidade, porque ele integra e totaliza a pessoa num nível superior às outras dimensões, incluindo todas as outras dimensões (a biológica, a psicológica e a social), o que alude ao fato de a pessoa também possuir uma multiplicidade. Nesse sentido, o ser humano é considerado uma *unitas multiplex* (uma unidade na multiplicidade).

Esta antropologia articula-se à importância dada por Frankl (2007, 2010) à questão do sentido da vida que é exclusivo e específico e precisa ser descoberto e realizado. Destarte, o sentido só pode ser sê-lo por cada pessoa (Frankl, 2008). E é a partir dos três pilares básicos da Logoterapia que Frankl (2007) salienta a questão da busca do sentido: a Liberdade da Vontade, a Vontade de Sentido e o Sentido da Vida.

O sentido pode ser descoberto por cada pessoa na vida, no amor, no trabalho, no sofrimento, bem como pode ser realizado por meio daquilo que Frankl (2010) nomeou de Valores Criativos, Experienciais e de Atitude.

Os Valores Criativos são as possibilidades de a pessoa criar e oferecer algo em seu contexto vivente. Podem ser compreendidos no contexto do mundo do trabalho e da criação artística.

Os Valores Experienciais são realizados quando da oportunidade da pessoa vislumbrar as riquezas que a vida oferece, a saber, um pôr-do-sol, uma bela paisagem, uma tela, uma canção e, a partir desta contemplação, perceber-se na existência e capta o sentido de cada momento. Nesta categoria de valores, considera-se o enobrecimento da própria vida e da existência de uma pessoa em razão do compartilhar.

E os Valores de Atitude, por sua vez, referem-se às possibilidades da pessoa posicionar-se com otimismo e esperança ante os infortúnios na vida – os sofrimentos e doenças inevitáveis. Concernem aos modos adotados perante as adversidades forçosas na vida que convocam a autotranscendência

para uma percepção otimista sobre estes fenômenos fatais, favorecendo a transformação do trágico em algo valoroso e realizável.

Na Logoterapia, considerando a antropologia frankliana e a tônica do sentido da vida, é importante ressaltar que, uma vez que a pessoa é marcada pela sua unidade múltipla, possui também uma série de potencialidades que se manifestam em suas relações com o meio em que vive na busca da descoberta do sentido de sua vida. Assim sendo, Frankl (2007) afirma que a dimensão noética pressupõe, de fato, a existência de algumas dessas potencialidades humanas que favorecem que a pessoa manifeste um posicionamento perante a sua vida e os fenômenos que nela se apresentam, mesmo os mais fatídicos.

Tais potencialidades estão atreladas à pessoa e à busca do sentido e possibilidades da sua descoberta. Dentre elas, nomeiam-se a autotranscendência, a consciência, a liberdade, e a responsabilidade.

A responsabilidade, especificamente, é caracterizada por Frankl (2007) como a capacidade de a pessoa responder pela liberdade atuante no momento em que se configura um posicionamento ante as circunstâncias presentes na vida. Como tal, a responsabilidade possui dois referenciais intencionais: se refere a um sentido de cuja realização cada pessoa é responsável e se refere também a um ser ante o qual cada pessoa é responsável. Assim, a responsabilidade é responsabilidade para a realização de valores e descoberta de sentido a partir da consciência e perante alguém.

Portanto, um dos dados primordiais da existência humana, segundo Frankl (2010), é o ser-responsável, é o poder se posicionar a partir das possibilidades da vida. No panorama da existência, a pergunta pelo sentido e os questionamentos que a própria vida faz emergem como perspectivas para a felicidade e a realização. A felicidade, a realização, o bem-estar, só podem ser alcançados pela pessoa a partir da descoberta do sentido, pois “barra o caminho para a felicidade aquele que a todo o transe se empenha em tornar-se feliz” (Frankl, 2010, p. 73) sem buscar sentido para a vida e sem, por ele, responsabilizar-se.

O cuidado ambiental significado pela responsabilidade

Cuidar do meio ambiente significa preconizar a sustentabilidade e a garantia da sustentabilidade circunscreve-se no cuidado ambiental. Esta lógica é inegável desde o relatório *Nosso Futuro Comum*, de 1987, a partir do qual o cuidado ambiental é relacionado ao conceito desenvolvimento sustentável.

Este conceito inicialmente sugeriu algumas ambiguidades que fomentaram, em várias esferas, diversas discussões que apontam para a predominância de ideias ora atreladas a aspectos sociais, políticos, e/ou econômicos. Muitas vezes, o conceito é utilizado como sinônimo de sustentabilidade, todavia, ambos possuem significados distintos.

Neste ínterim, o desenvolvimento sustentável se expressa como a possibilidade de satisfazer as necessidades em diversos níveis (sociais, políticos, econômicos) no presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer também as suas necessidades, conforme WCED (1987 citado por Corral Verdugo, 2010).

A sustentabilidade, por sua vez, é “a existência de condições ecológicas necessárias para dar suporte à vida humana num nível específico de bem-estar através de futuras gerações” (Lélé, 1991, p. 608).

Considerando estas definições e a possibilidade de aproximações entre elas para a realização do cuidado ambiental, faz-se necessário primar por um equilíbrio plausível entre a satisfação das diversas necessidades que emergem nas inter-relações pessoa-ambiente e a garantia da existência dos recursos naturais a esta geração e às futuras para que haja qualidade de vida, constructo e realidade fundamental para o exercício do cuidado e para as perspectivas da sustentabilidade.

Sendo assim, o cuidado ambiental implica em preservar as riquezas naturais e manter o equilíbrio do ecossistema no presente, mas não só isso. Esse cuidado também inclui o respeito e atenção à existência desses recursos para as futuras gerações que poderão ter acesso a eles e, que hoje, beneficiam a vida sobre o planeta.

Além de priorizar a preservação dos recursos naturais para a garantia de sua existência às futuras gerações, outro aspecto importante do cuidado ambiental, que envolve todos os aspectos da vida

humana, refere-se à garantia do bem-estar, às possibilidades de promoção e realização da qualidade de vida. O cuidado ambiental convoca, portanto, a solidariedade por parte das gerações atuais para com seus partícipes no agora e para com as futuras gerações, visando uma vida sadia, marcada pela felicidade.

Neste sentido, Moreno & Pol (1999) destacam dois níveis de solidariedade atrelados à sustentabilidade, relacionados, consequentemente, ao cuidado ambiental. Um deles é o nível intrageracional, que se refere à solidariedade compartilhada com a nossa própria geração. O outro, o nível intergeracional, que implica na solidariedade com as gerações futuras.

O cuidado ambiental, portanto, marcado pela solidariedade, inclui vários princípios do desenvolvimento humano que vigoram no cotidiano de cada indivíduo e em suas relações com os demais e com aqueles que lhe sucederão.

Alguns dos princípios do desenvolvimento humano são: a interdependência, a diversidade, a flexibilidade, a ciclicidade e a associação, e estes princípios enfatizam a dimensão humana para além do bioecológico e o aspecto futuro para além do presente (Corral Verdugo, 2010), ou seja, sobre o ser humano, incide a tarefa exclusiva de cuidar do seu entorno, considerando suas potencialidades e o tempo presente em razão da história que será retomada e continuada no futuro.

Por isso, tão relevante quanto a interdependência e os demais princípios do desenvolvimento humano é a responsabilidade do nível pessoal ao universal (Boff, 2012).

Na Psicologia Ambiental, o cuidado ambiental marcado pela responsabilidade pode ser compreendido em vias de uma ética para a ação, ou seja, em razão de uma educação ambiental que oriente a pessoa para uma percepção nítida sobre a relação mútua que há entre ele e o ambiente, favorecendo o estabelecimento de valores implicados em condutas pró-ambientais.

A educação ambiental, neste sentido, trata-se de um caminho para a compreensão de alguns fenômenos como os estresses urbano e rural, o apego ao lugar e a apropriação do espaço, aguçando a percepção e cognição ambiental para os valores e crenças e a adoção de condutas pró-ambientais favorecendo a construção da sustentabilidade e contribuindo com a promoção da qualidade de vida.

Bassani (2012) defende que “a rigor, a educação ambiental pode fornecer o instrumental para solução ou prevenção de problemas ambientais identificados, cabendo a outras áreas do conhecimento fornecer as informações para efetivar as transformações propostas” (p. 130).

Todas essas conjunturas refletidas pela Psicologia Ambiental são carregadas de importância e impactam sobre as questões do cuidado ambiental. Porém, ao serem consideradas apenas a partir dos alcances ora circunscritos, não destacam nitidamente o caráter de sentido que a responsabilidade conserva em relação ao cuidado ambiental e aos valores e condutas pró-ambientais. Afinal, este cuidado garante-se a partir das respostas por parte da pessoa às possibilidades que a vida lhe apresenta. E, neste ponto, a Logoterapia pode dialogar com a Psicologia Ambiental.

Para que a responsabilidade possa ser evidenciada na vida, Frankl (2010) expõe que se faz necessário apelar para essa potencialidade humana. O mesmo autor refere que “o que em geral interessa à análise existencial é fazer com que o homem experimente vivencialmente a responsabilidade pelo cumprimento da sua missão” (p. 94). O apelo à responsabilidade é, portanto, um fazer educativo.

Todo processo educativo é fundamental para a transformação. E, sem dúvidas, não se descarta o potencial da educação ambiental para tratar das questões relacionadas ao cuidado do meio ambiente. No entanto, se reconhecesse o constitutivo da responsabilidade em seu significado imperativo, a educação ambiental poderia orientar a pessoa não só ao cuidado ambiental, mas também ao convencimento em dar conta responsávelmente de sua vida a partir das inter-relações com o meio e com as demais pessoas, pois a vida é única e irrepetível, portanto, uma possibilidade exclusiva para cumprir a tarefa singular que ninguém poderá realizar, senão a própria pessoa.

Um primeiro aspecto da responsabilidade como sentido do cuidado ambiental pode relacionar-se à educação; não uma educação ambiental para a ação propriamente dita, mas uma educação para a vida e para as possibilidades de responder à vida.

Para tanto, é necessário que o ser humano aprenda a “estar aqui” no planeta, ou seja, é necessário que o ser humano presenteie a sua existência com o sentido da responsabilidade. Neste contexto, conforme Morin (2011), é preciso aprender a ser, viver, dividir e se comunicar como

humanos no planeta Terra; se faz necessário não mais perceber somente a cultura, mas também se faz necessário que o ser humano seja terreno, perceba-se no meio ambiente em que se encontra, sinta-se parte dele, e responda às exigências do “estar aqui”.

Ademais, é preciso também que o ser humano reconheça-se, identifique-se a partir de sua inter-relação com o meio ambiente nas potencialidades específicas de sua pessoalidade. Afinal, seria insípido empreender a tarefa do cuidado ao ambiente sem o conhecimento da singularidade que nos caracteriza antecipada ao entorno que nos territorializa.

Ao desdobrar-se sobre os processos afetivos e cognitivos do indivíduo expressos no ambiente, a Psicologia Ambiental releva a importância da compreensão das formas de cada pessoa sentir e vivenciar o ambiente no qual se encontra. Mas, também é necessário conhecer-se para além dos afetos e sentimentos implicados aos espaços. É preciso dar conta da nossa existencialidade marcada por cada um desses elementos psicológicos e também por outros.

Frankl (2010), a esse respeito, refere que o ser-responsável, atrelado ao ser-consciente, constituem dois fatos fundamentais da existência. Estes dois fatos evidenciam um autêntico retrato do homem. O homem é o que é porque é responsável e consciente, e sua responsabilidade e consciência manifestam seu ser e o fazem conhecedor de si.

Portanto, para o cuidado ambiental, e considerando a responsabilidade como seu potencial sentido, é preciso que o ser humano se reconheça em relação ao ambiente nos fatos fundamentais do seu modo de existir, ou seja, perceba-se que é responsável e consciente não só para realizar algo, mas, igualmente, é responsável e consciente para ser.

Consciente de si mesmo, e sustentando a autenticidade para responsabilizar-se, poderá cuidar de si, e enquanto cuida de si, cuidar do outro e do meio ambiente, e poderá cuidar do outro e do meio ambiente, certificando-se que cabe a si esta tarefa, cuidando, consequentemente de si. Nesta dinâmica do cuidado, as inter-relações se conjuntam e integram.

Na possível compreensão da responsabilidade como sentido para o cuidado ambiental, a partir de um diálogo inicial possível com base nas contribuições da Psicologia Ambiental e da Logoterapia, mostra-se, portanto, de um lado, que a busca das condições para a congruência entre a pessoa e o ambiente é uma tarefa da Psicologia Ambiental, conforme relata Moser (2003) e, para tanto, ela serve-se de instrumentais profícuos.

Entretanto, considerando que a Psicologia Ambiental abre-se à integração de outros saberes para o seu fazer – haja vista seu caráter interdisciplinar – a Logoterapia pode contribuir na busca de condições de congruência entre a pessoa e o ambiente apontando a responsabilidade como um potencial do ser humano que expressa seu posicionamento, a partir da liberdade, ante algo ou alguém na vida.

Como possibilidade de responder à vida, a responsabilidade também pode ser compreendida como sentido do cuidado ambiental. Afinal, toda pessoa pode posicionar-se nas inter-relações com o ambiente a favor, ou não, da promoção da sustentabilidade.

A vida como tarefa: o cuidado ambiental responsável neste momento e em prol das futuras gerações

A responsabilidade humana, conforme Frankl (2010), é responsabilidade em vista do caráter de algo único e irrepetível que a vida possui. Esta noção apresentada pelo pai da Logoterapia articula-se à sua visão de pessoa.

Fora exposto que Frankl (2010) considera a pessoa como uma unidade múltipla, ou seja, o homem é um ser único, singular e irrepetível, marcado pela existência de uma dimensão profundamente humana denominada dimensão noética que, por sua vez, integra as demais dimensões que o constituem como pessoa, a saber, as dimensões biológica, psicológica e social.

Essa visão antropológica de Frankl assinala que também a vida possui um caráter de unicidade e irrepetibilidade. Afinal, “o homem é insubstituível no contexto do seu destino. Nunca terá novamente as mesmas possibilidades” (Corrêa & Rodrigues, 2013, p. 42). Dessa forma, a vida possui um caráter irrevogável de tarefa.

A tarefa é uma missão que somente a pessoa pode e deve cumprir e que não é impossível de se realizar, considerando-se inclusive que sua vida se carregará de sentido quanto mais o caráter de missão na vida for apropriado pela pessoa. E a primeira tarefa do homem está em descobrir a própria missão, indo ao encontro do sentido da vida, cumprindo as exigências que se configuram em cada situação a cada dia (Corrêa & Rodrigues, 2013).

Em seu caráter de tarefa, a vida convoca a pessoa a uma responsabilidade concreta diante dos fatos de seu cotidiano e suas relações. A vida convoca a pessoa para uma resposta. Para a efetivação dessa resposta, Frankl (2010) indica que a consciência é o órgão do sentido. Ela emite sua “voz” para conduzir o homem à tarefa que é peculiar à sua vida ou às tarefas peculiares à emergência de cada hora, de cada situação.

Uma vez que a pessoa e a vida são únicas e irrepétiveis, torna-se imprescindível destacar que tudo o que faz parte da existência de cada pessoa carrega também em si o caráter de algo único e irrepétivel. E o meio ambiente é um destes constitutivos.

Apartar o meio ambiente da existência que expressa o “ser-aí” do homem seria o mesmo que negar as relações mútuas efetivadas entre a pessoa e este âmbito. Assim, o meio ambiente é uma condição natural/física para o fenômeno humano e, ao mesmo tempo, é também um espaço comum onde se dão as manifestações e relações próprias deste fenômeno. Como local de sua expressão, o homem deve, portanto, cuidar do meio ambiente, pois este cuidado também encerra o caráter de tarefa da sua vida.

Conforme Uzzell (2004), “deveríamos viver aqui na Terra como se pretendêssemos ficar para sempre, não apenas como se a visitássemos nos finais de semana” (p. 363). Nesse sentido, é possível dizer que dentre os fatos que se desenrolam numa vida, e diante do ambiente em que ela se encerra, o caráter de tarefa da vida encarrega a pessoa de ser responsável de modo concreto e pessoal, pois “a vida não é alguma coisa, mas sim, e sempre, mera ocasião para alguma coisa” (Frankl, 2010, p. 156).

No que se refere ao cuidado ambiental, considerar que uma pessoa possui uma tarefa concreta e pessoal perante sua existência e que essa tarefa é marcada pela responsabilidade, porque convida o homem a uma posição, favorece intensificar que, como uma ocasião para algo, a vida é uma oportunidade para que o homem mantenha a salvo o meio em que vive. E a realização deste cuidado não só atende ao seu presente e a si mesmo, mas, também, ao cuidado e à vida das gerações que lhe procederão.

Como oportunidade para algo, a vida sugere o legado de um fazer que possa refletir não só pelo impacto de uma realização única no presente, mas também como proposta e sinal para a continuidade e manutenção da vida no futuro.

A tarefa que um homem necessita cumprir perante sua vida, conforme Frankl (2010), está sempre presente na base da sua vida, nunca sendo impossível de se cumprir. Na base da vida humana, além dos processos relacionados às necessidades básicas, localiza-se o ambiente no qual essa pessoa viverá, se desenvolverá e com o qual se relacionará junto às demais pessoas. Portanto, cuidar do meio ambiente é uma tarefa estritamente humana articulada à missão própria da vida, uma tarefa possível e efetivamente realizável desde que marcada pela responsabilidade.

Afinal, o homem que não tem consciência da sua responsabilidade comprehende a vida como algo simplesmente dado e não como uma designação. Dessa forma, assumir a tarefa na vida é assumir a missão particular própria de cada pessoa (Corrêa & Rodrigues, 2013). E esta missão inclui o cuidado ambiental responsável no momento presente do vivido e em prol das futuras gerações.

Considerações finais

Mesmo após várias discussões que reuniram representantes dos cinco continentes e que forneceram subsídios para um cuidado ambiental marcado pela sustentabilidade com reforços de esperança e propostas de prevenção, o meio ambiente ainda é degradado pelo homem.

Haja vista as contribuições da Psicologia Ambiental para uma *práxis* marcada pela equidade e valor sobre o entorno, o mundo continua numa situação ruim e tudo pode piorar ainda mais se cada um de nós não fizer o melhor que puder (Frankl, 2008).

E o que significa fazer o melhor que pudermos? Denota que, enquanto houver vida, será possível comprometer-se responsávelmente com o presente, recuperando o passado e projetando um futuro digno. Enquanto houver vida será possível descobrir sentido para os modos humanos de existir e, dentre estes modos, o cuidado ambiental também configura uma tarefa única e singular de cada pessoa.

Fazer o melhor que pudermos significa despertarmo-nos para o nosso ser-responsável que presenteia de sentido o autocuidado, o cuidado dos outros e o cuidado ambiental. Denota compreendermos que a responsabilidade, referida a um sentido de cuja realização cada pessoa é capaz, remete à tarefa unicamente sua de significar a vida, valorizando-a, mantendo-a e conservando-a como oportunidade para o crescimento, a realização e a perpetuação da pessoa.

O cuidado ambiental, nesta perspectiva, requer uma educação ambiental integral que reflita a condição existencial da pessoa em relação ao meio e as possibilidades de perceber, sentir e agir, conforme pretendido pela Psicologia Ambiental.

Todavia, defende-se que a educação ambiental será caracteristicamente efetiva se reconhecido o sentido que a responsabilidade lhe imputa e radica, uma vez que educar também é aguçar as possibilidades de resposta e posição por parte da pessoa ante sua história e seu contexto ambiental.

Um dos desafios para a educação, segundo Novaes (1999), é incentivar caminhos criativos para a construção de um futuro com esperança. Essa perspectiva de futuro inclui uma capacidade de perceber o que é essencial para a sobrevivência da humanidade. E essa percepção do essencial inclui o meio ambiente e suas diversidades e riquezas como, por exemplo, a água e sua manutenção em favor das gerações futuras.

Mas, para que uma *práxis* educativa inclua a capacidade de perceber o que é essencial para a garantia da vida, faz-se necessário uma educação voltada para a pessoa, a fim de que a mesma tenha noção de sua participação na comunidade e ao que a vida lhe requer (Morin, 2011). E uma educação voltada à pessoa inclui o reconhecimento e apropriação de seu ser-responsável.

Em diálogo com a Psicologia Ambiental, a Logoterapia pode, portanto, reafirmar o valor da vida humana em seu contexto existencial e em seu contexto físico, reconhecendo a relevância das inter-relações pessoa-ambiente e apontando que é possível descobrir sentido em todas as situações e âmbitos da vida, até mesmo no que se refere ao cuidado ambiental, enfatizando que o homem é um ser-responsável e sua responsabilidade brinda com sentido tudo o que ele percebe, sente e realiza.

Nesta perspectiva, o cuidado ambiental não só garante qualidade de vida à pessoa que o efetiva, sendo coerente e responsável pela sua vida, mas também a promove a todas as pessoas que se fazem presentes em suas situações existenciais e que podem ser provocadas num apelo à responsabilidade, por meio de uma rede de sentidos, em vista da garantia da vida.

Portanto, o cuidado ambiental, em vias da congruência pessoa-ambiente, pode ser significado pela responsabilidade considerada como potencial humano e como sentido para a educação ambiental, expressando o caráter de tarefa única e irrepetível da vida na qual se firmam os valores e condutas pró-ambientais para o bem-estar e a qualidade de vida das gerações presentes e futuras.

“O futuro do homem, e daqueles que estão ao seu redor, depende da decisão tomada a cada instante” (Corrêa & Rodrigues, 2013, p. 42). E cada decisão tomada depende do nosso ser-responsável. Nesta relação de interdependência, existente de forma análoga entre a pessoa e o meio ambiente, significativa é a responsabilidade enquanto sentido para o cuidado e a continuidade da vida.

Referências

- Bassani, M. A. (2001). Fatores psicológicos da percepção da qualidade ambiental. In N. B. Maia, H. L. Martos, & W. Barrella (Orgs.), *Indicadores ambientais: conceitos e aplicações* (pp. 47-57). São Paulo: EDUC.
- Bassani, M. A. (2012). Psicologia Ambiental. In V. S. Hammes (Org.), *Proposta metodológica de*

- macroeducação - *Educação ambiental para o desenvolvimento sustentável* (vol. 2, 3a ed., pp. 125-131). Brasília, DF: Embrapa.
- Boff, L. (2012). *Sustentabilidade: o que é - o que não é*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Carvalho, L. P. & Bassani, M. A. (2011). A formação do psicólogo: Psicologia Ambiental e sustentabilidade. In M. A. Bassani (Org.), *Vida Urbana: estudos em Psicologia Ambiental* (1a ed., pp. 134-149). Santo André, SP: ESETec.
- Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. (1991). *Nosso Futuro Comum* (2a ed.). Rio de Janeiro, RJ: FGV.
- Corral-Verdugo, V. (2010). *Psicología de la Sustentabilidad: un análisis de lo que nos hace pro ecológicos y pro sociales*. México: Trillas.
- Corrêa, D. A., & Rodrigues, C. M. D. (2013). Finitude e Sentido da Vida: do torpor à tarefa. *Logos e Existência*, 2(1), 37-46. Recuperado de <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/le/article/view/15915/10038>.
- Cyrus, S. (2012). Logoterapia, Direitos Humanos e Sustentabilidade: repensando modelos. *Logos e Existência*, 1(2), 138-147. Recuperado de <http://www.okara.ufpb.br/ojs2/index.php/le/article/view/14340/9037>.
- Farias, C. M., Paranhos, M., & Bassani, M. A. (2011). Yoga como delineador de um estilo de vida voltado para a sustentabilidade. In M. A. Bassani (Org.), *Vida Urbana: estudos em Psicologia Ambiental* (1a ed., pp. 164-176). Santo André, SP: ESETec.
- Ferreira, M. R. (2004). Problemas ambientais como desafio para a psicologia. In H. Günther, J. Q. Pinheiro, & R. S. L. Guzzo (Orgs.), *Psicología Ambiental: entendiendo as relações do homem com seu ambiente*. (pp. 17-30). Campinas, SP: Alínea.
- Frankl, V. E. (2005). *Las raíces de la Logoterapia (Escritos Juveniles 1923-1942)*. Buenos Aires: Fundación Argentina de Logoterapia Viktor E. Frankl.
- Frankl, V. E. (2007). *Fundamentos y aplicaciones de la Logoterapia*. (1a ed.; 3a reimpr.). Buenos Aires: San Pablo.
- Frankl, V. E. (2008). *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração* (25a ed. rev.). São Leopoldo: Sinodal; Petrópolis: Vozes.
- Frankl, V. E. (2010). *Psicoterapia e Sentido da Vida (Fundamentos da Logoterapia e Análise Existencial)*. (5a ed.). São Paulo: Quadrante.
- Guberman, M. & Soto, E. P. (2006). *Dicionário de Logoterapia*. Lisboa: Paulus.
- Lélé, S. M. (1991). Sustainable Development: a critical review. *World Development*, 19(6), 607-621, Gredt Britain, Pergamon Press.
- Lima, D. M. A. & Bomfim, Z. A. C. (2009). Vinculação afetiva pessoa-ambiente: diálogos na psicologia comunitária e psicologia ambiental. *Psico*, 40(4), 491-497. Recuperado de <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/4711/4936>.
- Marino, H. R. (2010). Prefácio. En V. E. Frankl, V. E. O que não está escrito em meus livros: memórias (1a ed., pp. 07-11). São Paulo: É Realizações.
- Moreno, E. & Pol, E. (1999). *Nociones psicosociales para la intervención dentro de la perspectiva del desarrollo sustentable*. (Monografies Socio/Ambients; 14). Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona.
- Morin, E. (2011). *Os sete saberes necessários à educação do futuro* (2a ed.). São Paulo: Cortez.
- Moser, G. (2003). Examinando a congruência pessoa-ambiente: o principal desafio para a Psicología Ambiental. *Estudios de Psicología*, 8(2), 331-333. Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X2003000200016.
- Moser, G. (2004). La Psicología Ambiental: del análisis a la intervención dentro de la perspectiva del desarrollo sustentable. In E. T. O. Tassara, E. P. Rabinovich, & M. C. Guedes (Orgs.), *Psicología e Ambiente* (pp. 169-196). São Paulo: EDUC.
- Novaes, M. H. (1999). Caminhos para a construção de um futuro com esperança. *Revista Psicología Escolar e Educacional*, 3(1), 71-75. Recuperado de <http://www.scielo.br/pdf/pee/v3n1/v3n1a08.pdf>.
- Uzzell, D. (2004). A Psicología Ambiental como uma chave para mudar atitudes e ações para com a sustentabilidade. In E. T. O. Tassara, E. P. Rabinovich, & M. C. Guedes (Orgs.), *Psicología e Ambiente* (pp. 363-388). São Paulo: EDUC.

Recebido em 08/07/15

Aceito em 01/03/16

Diogo Arnaldo Corrêa: Psicólogo. Doutorando em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em Logoterapia e Logoterapia Clínica pela SOBRAL - Associação Brasileira de Logoterapia e Análise Existencial Frankliana - da qual é o atual Presidente. Graduado e Licenciado em Psicologia pela Universidade Braz Cubas de Mogi das Cruzes-SP. É professor no Curso de Psicologia da Universidade de Mogi das Cruzes (UMC).

Marlise Aparecida Bassani: Graduação e licenciatura em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1978), mestrado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1984) e doutorado em Educação (Psicologia da Educação) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1996). É Professora Titular da Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde e do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP (PUC-SP). Coordenadora do Núcleo Configurações Contemporâneas da Clínica Psicológica do Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP (PUC-SP) e Líder do Grupo de Pesquisa CNPq "Estudo e Pesquisa das Práticas Clínicas em Psicologia: pressupostos, transformações e interfaces".